

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL. O
PROGRAMA PESSOA - Estudo do caso dos Centros de Gestão Directa de Vila Real e
Bragança**

Maria Patrocínia Correia FERREIRA
Assistente de 2º Triénio
Instituto Politécnico de Bragança
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela
Rua João Maria Sarmento Pimentel, Ap. 128
5370-326 Mirandela
e-mail: mferreira@ipb.pt

Francisco DINIZ
Professor Associado
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Departamento de Economia, Sociologia e Gestão
Professor Associado
e-mail: fdiniz@utad.pt

1 INTRODUÇÃO

O Programa Operacional Formação Profissional Emprego-Pessoa é, no âmbito do Segundo Quadro comunitário de Apoio, a maior intervenção operacional do Fundo Social Europeu, dirigida prioritariamente ao financiamento de acções no domínio das políticas de Emprego e Formação Profissional (Gomes, 1998).

Este programa assume particular interesse, não só pela sua dimensão física, mas, sobretudo, pela relevância social e económica da sua intervenção regional. Por outro lado, na opinião de Gomes (1998), o Programa também se caracteriza por possuir uma *gestão multidimensional*, já que objectiva dar resposta à multiplicidade de cenários regionais, bem como se destina a apoiar acções de natureza diversificada, que vão desde intervenções do domínio da formação profissional e emprego, à elaboração de estudos, edificação e equipamento de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento das acções formativas.

A análise das relações entre a formação profissional e o desenvolvimento específico de cada região, tem estado ausente da avaliação das disparidades regionais de desenvolvimento em Portugal. É, neste sentido, que o presente estudo procura ultrapassar a simples análise de um Programa comunitário, tentando fazer um apelo à problemática da formação profissional e emprego tendo em consideração os mecanismos de natureza regional, através da promoção do

desenvolvimento das regiões do interior. Especificamente, o estudo circunscreveu-se à reflexão da formação profissional e desenvolvimento regional nas NUT¹ Alto Trás-os-Montes e Douro.

Relativamente ao objectivo que avalia a possibilidade deste sistema de formação profissional desempenhar um papel activo nos processos de reconversão socioeconómica deste contexto territorial, que ressaltam algumas questões que se gostariam de ver respondidas ao longo deste estudo:

- Quais as características das acções de formação e quais as características dos indivíduos que as frequentam? Quais os motivos que conduzem à sua frequência? Estes motivos estão ou não relacionados com problemas regionais?
- Quais os fluxos que se geram depois da obtenção da formação, nomeadamente, entre emprego, desemprego e inactividade e como se desenvolvem essas trajectórias?
- Se o Programa Pessoa contribuiu para o aumento das hipóteses ao nível do emprego, estará este aumento relacionado com o acréscimo de qualificações por parte dos formandos?

2 A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

A leitura do processo de desenvolvimento das teorias sobre a promoção do desenvolvimento regional é ensaiada, neste capítulo, como exercício contributivo para discussão do tema que se propõe abordar. A utilidade deste exercício deriva da necessidade de enquadrar a relação formação profissional/promoção do desenvolvimento numa problematização que considere as teorias do desenvolvimento regional e o seu interesse prático em regiões como as de Alto Trás-os-Montes e Douro.

A parte do trabalho que agora se apresenta analisa a organização e decomposição dos sistemas de formação associados à formulação das políticas do paradigma difusionista da promoção do desenvolvimento (vertente mais tradicional da formação profissional) Toda esta teorização do desenvolvimento local pressupõe uma tomada de decisão, não existindo uma teoria abrangente para o global vs regional.

2.1 Perspectiva Difusionista

Na concepção do paradigma difusionista, quando transposto para o ensino-formação, a formação profissional contribui para o desenvolvimento criando condições para que os investimentos planeados ou já realizados sejam viáveis, devendo gerar as aptidões indispensáveis para que as mudanças induzidas possam ser rentabilizadas. A formação torna-se num instrumento processual que visa garantir a disponibilidade local dos saberes imprescindíveis para que uma necessidade criada por uma determinada intervenção possa ser transposta.

As necessidades de formação nesta perspectiva podem ser ultrapassadas através de duas vias, usadas em conjunto ou em alternativa. A primeira dessas vias é a organização de processos de formação centrados na transmissão aos indivíduos dos conhecimentos que lhes faltam; a segunda, é o recurso à mobilidade dos contingentes de força de trabalho disponíveis, que possuem as condições requeridas gerando movimentos que se dirigem para onde se localiza o investimento efectuado (Pedroso, 1998).

Este paradigma difusionista implica a gestão centralizada e a produção de ofertas educativas que reflectam um conjunto de saberes centrais que devem estar disponíveis para acompanhar o investimento económico, para ultrapassar obstáculos de racionalização do espaço que sejam ultrapassáveis pela via da formação. Esta via desempenhará um papel de condição de apoio à viabilidade e à rentabilidade dos projectos e o seu principal objectivo é a produção de saberes e recursos que possam fazer os indivíduos acompanhar o processo de crescimento económico.

¹ Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos.

A formação tem uma dimensão reprodutora de ferramentas de adaptação das organizações económicas aos movimentos exteriores (Arocena, 1986). Pode-se mesmo dizer que existe um vínculo integrador entre as políticas de desenvolvimento e as políticas de formação. Aqui, o papel atribuído à formação não se resume a uma única função de lubrificação dos mecanismos do mercado de trabalho. O papel da formação consiste em elevar o nível da actividade económica, aumentando a procura de mão-de-obra e reduzindo a inactividade (Gizard e Bernard, 1986).

Outro dos grandes pontos da política difusionista no ensino e formação será a grande mobilização de saberes para pontos privilegiados que, ao favorecerem o rápido crescimento económico, disseminam-se no espaço e facilitam a circulação entre estes espaços da força de trabalho dotada desses saberes. Nas áreas favorecidas pelas políticas difusionistas, a formação é entendida no quadro conceptual do capital humano, o que implica a análise do seu contributo para a promoção do desenvolvimento local e regional, como a resultante de um processo em que os níveis de formação se medem em termos de qualificação da força de trabalho. Neste processo reagrupa-se esta experiência em duas categorias. A primeira diz respeito ao relacionamento entre capital humano e evolução da produção. O crescimento do capital humano tem por primeira consequência o crescimento da produtividade. Este elemento tende a aumentar a competitividade e representa um factor de crescimento da procura de mão-de-obra no plano regional/local. A segunda categoria que relaciona o capital humano, faz surgir um melhor nível de formação que implicará a realização de um investimento que será posteriormente recuperado pela elevação dos níveis salariais, comparativamente às remunerações dos que não obtiveram formação profissional (Arocena, 1986).

Arocena analisou como a formação de cariz difusionista pode ser condicionada pelos diferentes contextos de desenvolvimento e como estes condicionam as suas práticas. São duas as práticas de formação apresentadas em contexto de crescimento económico: uma formação *qualificante* e uma formação *integradora* (Arocena, 1986: 126-135). Consta-se que existe uma articulação entre a *formação qualificante* e o crescimento económico, uma vez que o sistema económico procura mão-de-obra qualificada a que o aparelho de formação deve responder. Esta ferramenta de desenvolvimento é posta em causa uma vez que revela dificuldades de funcionamento quando a conjuntura económica se modifica. Com efeito, logo que a crise económica se instala, o ritmo de emprego tende a desacelerar e que certas mudanças produtivas são necessárias, ocorrem dois perigos neste dispositivo da formação profissional: dificuldade de ter em consideração as novas competências produtivas e a inércia do seu funcionamento centralizado e burocrático.

Perante este contexto de incerteza e de reestruturação e quando a formação qualificante é confrontada com o problema de aceleração actual das mudanças tecnológicas, Arocena designa a formação de *integradora*. Dentro dos novos projectos, a formação como instrumento de integração tenta envolver todos os actores que queiram participar na nova fase do desenvolvimento. Existem constrangimentos económicos que obrigam a colocar a questão do emprego/desemprego/inactividade mas que reforçam o sistema de promoção profissional. Tudo depende do estado do sistema e do seu modo de desenvolvimento. É evidente que em períodos de crescimento, quando a mobilidade social é acessível e os formandos concertam-se para gerar promoção, atende-se a níveis importantes de integração. Tais factos postulam o desenvolvimento da formação, propondo aos formandos desempregados que desenvolvam uma cultura geral, que se informem sobre a realidade económica do trabalho e do emprego, que melhor conheçam o interior das empresas, que se integrem nos grupos de trabalho e que experimentem novas e diversas técnicas profissionais. Dentro deste discurso, a cultura da formação integração trouxe um novo sopro, uma vez que foi “obrigada” a responder ao drama da troca e da exclusão social (Arocena, 1986).

Em síntese, nos estudos analisados identificam-se características que lhes são comuns: o contributo vital do ensino/formação para o desenvolvimento económico, o impasse gerado pelas políticas de ensino e formação que privilegiam a produção de mobilidade dos indivíduos e a noção de que o desenvolvimento local exige uma base local de recursos humanos fortes.

A integração das políticas de formação profissional na promoção do desenvolvimento regional está fortemente associada a algumas características estruturantes dos sistemas de formação, das quais se destacam a morfologia dos sistemas de formação e a relação entre os níveis central/regional/local na sua concepção e gestão (Martins, 1995; Pedroso, 1998).

Estas são matérias que justificam, por si, um capítulo específico, para poderem ser abordadas. Volta-se à discussão destas questões pela via de um aprofundamento conceptual e de gestão a partir do modo como se estrutura o sistema de formação do segundo Quadro Comunitário de Apoio - Programa Pessoa, na realidade, numa área do interior de Portugal - Alto Trás-os-Montes e Douro, estudando os concelhos de Vila Real e Bragança.

3 A INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA E AS POLÍTICAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ao longo da história da formação profissional em Portugal, grande parte das iniciativas não geraram os resultados desejáveis dada a limitação do financiamento público. Antes da adesão à Comunidade Económica Europeia, a falta de tradição nacional e a fraca capacidade de organização e gestão de programas de formação foram os elementos principais que caracterizaram a estrutura do sistema nacional de formação profissional (Quatenaire, 1996).

Somente nos anos subsequentes à adesão, Portugal usufruiu de financiamentos consideráveis para actividades formativas através do Fundo Social Europeu (FSE) e pode alargar as suas actividades de formação profissional, tanto desenvolvidas por iniciativa pública quer privada. Este organismo tornou-se no principal canal de financiamento das actividades formativas na Europa Comunitária, uma vez que *melhorando as perspectivas profissionais de cada um, pretendia ajudar tanto os trabalhadores empregados como aqueles que tentavam entrar ou voltar para o mercado de trabalho* (European Commission, 2000: 2).

Desta forma, apura-se que a passagem do primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA I) para o segundo (QCA II), verificou-se sob um clima de evolução. A reforma das aplicações dadas ao FSE constituiu uma ferramenta importante de concretização do QCA II, não só porque resultou de uma discussão séria entre os parceiros sociais, mas também porque colocou a tónica na formação profissional. O QCA II, apontou claramente para uma maior necessidade de selectividade, integração e articulação de programas de formação e emprego. As autoridades comunitárias e nacionais reconhecem a necessidade de ultrapassar a fase do acesso indiscriminado à formação, através da qualificação do sistema, da melhora da sua eficiência, do ajuste das prioridades de formação às necessidades das empresas e da credibilização do acesso ao financiamento do FSE.

3.1 Programa PESSOA: Análise da Coerência do Programa

O Programa PESSOA constituiu um vector fundamental da estratégia de qualificação dos recursos humanos e de promoção do emprego veiculada pelo QCA II (1994-1999). Este Programa foi elaborado num contexto sócio-económico de referência bastante exigente e multifacetado, em matéria de elementos estruturantes, no qual se combinaram implicações de natureza institucional e organizativa, com a emergência de novos tipos de problemas no mercado de trabalho e nos sistemas de formação profissional e de educação (IESE, 1997a).

Um dos principais eixos prioritários de intervenção do QCA II, em Portugal consistia na qualificação dos recursos humanos e na promoção do emprego, simultaneamente, com a pretensão de reforçar a competitividade da economia, a qualidade de vida e a coesão social.

Quadro 1: Formas de intervenção do Eixo 1 do QCA II para Portugal

INTERVENÇÕES OPERACIONAIS	SUBVENÇÕES COMUNITÁRIAS
---------------------------	-------------------------

Eixo 1 – Qualificar os Recursos Humanos e o Emprego Intervenções Operacionais	FEDER	FSE
Bases do Conhecimento e da Inovação		
Educação (PRODEP)	X	
Ciência e Tecnologia (PRAXIS)	X	
Formação Profissional e Emprego (PESSOA*)	X	X
Qualificação Inicial e Inserção no Mercado de Emprego *		X
Melhoria do nível e da Qualidade do Emprego *		X
Apoio à Formação e Gestão dos Recursos Humanos *	X	X
Formação da Administração Pública	X	X

Fonte: DAFSE (1999)

Embora o Programa traduza a continuidade dos esforços iniciados nestes domínios no âmbito do QCA I, a sua concepção reflecte um salto qualitativo ao nível da organização das intervenções em matéria de formação e emprego (Quadro 2), destacando-se os seguintes aspectos:

- A equação da formação como instrumento de inserção profissional, de melhoria do nível e qualidade do emprego e de promoção da eficácia das intervenções nestes domínios;
- A passagem de uma intervenção predominantemente orientada por tipologias de públicos-alvo para uma actuação dirigida a três apostas identificadas: valorização da relação qualificação/inserção profissional, promoção do nível e qualidade do emprego e, qualificação das intervenções nos dois mercados.

Quadro 2: QCA II - Estrutura dos apoios à Formação e ao Emprego

QCA II
Subprograma 1 – Qualificação Inicial e Inserção no Mercado de Trabalho
1.1 Sistema de Aprendizagem;
1.2 Iniciação Profissional e Qualificação Profissional /outras modalidades;
1.3 Inserção no Mercado de Trabalho /Unidades de Inserção na Vida Activa;
Subprograma 2 – Melhoria da Qualidade e do Nível de Emprego
2.1 Apoios ao Emprego (apoios à criação de postos de trabalho e actividades independentes, programas ocupacionais e apoios à mobilidade geográfica);
2.2 Formação Profissional Contínua (formação para promover a adaptabilidade profissional de activos e formação para trabalhadores de pequenas empresas)
2.3 Formação Profissional para Desempregados;
2.4 Formação no Âmbito das Evoluções Sectoriais Negativas;
Subprograma 3 – Formação e Gestão de Recursos Humanos
3.1 Medidas de Carácter Geral (informação profissional, Observatório do Emprego e Formação, estudos e investigação, processos e recursos didácticos e rede institucional de consultores);
3.2 Formação de formadores e outros agentes;
Construção e adaptação de infra-estruturas.

Fonte: MPAT (1994); Chagas e Simões (2001)

3.2 Dimensão Financeira do Programa

A análise dos níveis de realização do programa Pessoa assenta na leitura do perfil de execução à luz dos valores programados e valores realizados nas Decisões da Comissão Europeia de 25 de Fevereiro de 1994, 29 de Abril de 1996 e 15 de Outubro de 1999, a última das quais fixou as dotações do FSE e FEDER para Portugal em, respectivamente, 1 335 819 000 euros (94%) e 84 648 000 euros (6%).

Numa apreciação genérica da tipologia dos subprogramas considerados no Programa Pessoa, evidencia-se que as rubricas “Melhoria da Qualidade e do Nível de Emprego” e “Qualificação inicial e inserção no mercado de emprego”, com pesos de 49,5% e 38,6%, respectivamente, concentram o maior volume de recursos financeiros afectos ao Pessoa. O subprograma “Apoio à formação e gestão dos recursos humanos” apresenta uma expressão mais reduzida, absorvendo 11,9% das verbas utilizadas pelo programa.

Quadro 3: Despesa do FSE na Formação Profissional e Emprego (1994-1999) (unidade: 10³ euros)

PROGRAMAS/ SUBPROGRAMAS	1994		1995		1996		1997		1998		1999 a)	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO	172220	%	189234	%	198781	%	211072	%	257395	%	292671	%
Qualificação Inicial e Inserção no Mercado de Emprego - PESSOA	77718	45,1%	88921	47,0%	82347	41,4%	71134	33,7%	89555	34,8%	110316	37,7%
Melhoria da Qualidade e do Nível de Emprego - PESSOA	86307	50,1%	83220	44,0%	101730	51,2%	116550	55,2%	135778	52,8%	143490	49,0%
Formação e Gestão dos Recursos Humanos - PESSOA	5846	3,4%	11567	6,1%	9981	5,0%	17518	8,3%	24750	9,6%	31028	10,6%
Formação e Administração Pública - PROFAP	2349	1,4%	5532	2,9%	4724	2,4%	5871	2,8%	7312	2,8%	7837	2,7%

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do DAFSE (1999) e a)IGFSE (2003)

Através do IESE (1997b) pode-se estabelecer a estrutura financeira do Programa por regiões, realçando que nenhum outro documento dispõe de informações que permita retirar conclusões a níveis regionais.

Quadro 4: Estrutura Financeira do Programa Pessoa, por sub-programa (%)

SUB-PROGRAMAS	CONTINENTE	NORTE	CENTRO	LISBOA E VALE DO TEJO	ALENTEJO	ALGARVE
Qualificação Inicial e Inserção no Mercado de Emprego	42,9	53,1	43,7	45,5	21,6	27,7
Melhoria da Qualidade e do Nível de Emprego	41,4	37,3	41,9	45,5	66,7	37,9
Formação e Gestão dos Recursos Humanos	15,7	9,6	14,4	9,0	11,7	34,4

Fonte: IESE (1997b)

Considerando esta estrutura por regiões verifica-se que na região Norte é preponderante o subprograma “Qualificação inicial e inserção no mercado de emprego”, enquanto que nas regiões Centro e Lisboa e Vale do Tejo predomina um maior equilíbrio entre os subprogramas “Qualificação inicial e inserção no mercado de emprego” e “Melhoria da Qualidade e do nível de emprego”. Nas regiões do Algarve e particularmente, na região do Alentejo encontra-se bem evidente a percentagem de investimento dirigida à “Melhoria da qualidade e do nível do emprego”. No Algarve é bem significativa a percentagem das medidas de apoio à “Formação e Gestão dos Recursos Humanos”.

A estrutura financeira do Programa reflecte a importância atribuída pelo governo à vertente dos apoios ao emprego. No sentido de melhor compreender esta questão, analisou-se a estrutura de compromissos do Programa identificando os grupos-alvo envolvidos, avaliando a importância dos investimentos a eles associados. Os resultados dessa análise aparecem sintetizados nos dois quadros seguintes.

Quadro 5: Níveis de incidência do Programa Pessoa, segundo os principais públicos-alvo abrangidos

PRINCIPAIS PÚBLICOS-ALVO	QUOTA NO TOTAL DE INVESTIMENTO ASSOCIADO A PÚBLICOS-ALVO
Jovens que abandonaram o sistema escolar sem a escolaridade obrigatória (15-21 anos) à procura de inserção profissional	1,8
Jovens que abandonaram o sistema escolar com a escolaridade obrigatória cumprida à procura de inserção profissional	41,5
Jovens à procura de primeiro emprego ou de novo emprego com formação secundária e/ou qualificante de nível III	1,3
Recém-Licenciados	1,3
Desempregados de longa duração	9,2
Desempregados atingidos por processos de declínio e reconversão sectoriais (efectivos e potenciais)	13,4
Desempregados à menos de 1 ano e trabalhadores com défice de qualificação e/ou necessidades de reciclagem	14,1
Gestores e trabalhadores de PME's com défices de qualificação	7,6
Serviços públicos de emprego	0,1
Formadores e entidades formadoras	4,2
PME's	4,6
Total de investimento com identificação de públicos-alvo	100,0

Fonte: IESE (1997b)

É possível identificar os principais públicos-alvo pelo Programa Pessoa, associando-lhes o montante de investimento no período de 1994-1999. Do quadro anterior, resultam claramente três apostas do programa em matéria de públicos-alvo, com especial relevo para o primeiro: 1) Jovens à procura de inserção profissional, tendo cumprido a escolaridade obrigatória; 2) Trabalhadores atingidos por processos de reconversão e declínio sectoriais; e 3) Trabalhadores desempregados ou em risco de o ser por força de défices de qualificação e de necessidades prementes de reciclagem.

Confirma-se a ideia anteriormente mencionada que os desempregados de longa duração absorvem 9,2% do esforço de investimento em matéria de apoio directo à criação de emprego.

Em síntese, a leitura dos pontos anteriores evidencia a aposta portuguesa e comunitária na qualificação da população através de políticas de emprego e formação profissional, sob a forma de medidas concretas do Programa Pessoa. Mas será esta uma aposta efectivamente ganha territorialmente? Esta questão assume particular importância dado o elevado nível de financiamento do sistema de formação profissional. As questões surgem quando se tenta perceber quais os mecanismos de avaliação que permitem controlar a pertinência, consistência e eficiência do processo formativo nas diferentes regiões portuguesas. Será que a promoção da formação profissional e conseqüente empregabilidade é, a nível nacional e particularmente nas regiões de Alto Trás-os-Montes e Douro, uma realidade?

4 A BASE DE DADOS E OS OBJECTIVOS DA AVALIAÇÃO

4.1 Metodologia

Com a finalidade de obter informações e dados relativos à execução do Programa Pessoa para o desenvolvimento de um estudo que se pretende inovador e no sentido de se atingirem os objectivos propostos numa abordagem regional à problemática da formação e inserção dos formandos no mercado de emprego, foi contactado o Observatório de Entradas na Vida Activa (OEVA) do Instituto de Emprego e Formação Profissional. As estatísticas deste organismo incidem numa avaliação profissional não coberta por nenhuma outra abordagem, uma vez que ajustam a oferta de formação à oferta de emprego.

A sua base de dados é singular na medida que regista a participação individual nos programas de formação profissional realizados nos últimos anos em Portugal, a partir de inquéritos ao longo do processo de inserção na vida activa, permitindo uma avaliação no mercado de trabalho dos programas de formação profissional financiados publicamente.

Desta forma, foram solicitados neste organismo dados estatísticos relativos aos cursos de formação profissional desenvolvidos nas NUT de Alto Trás-os-Montes e Douro, no âmbito do Programa Pessoa, no decorrer do QCA II. A base de dados fornecida resultou do envio de inquéritos dirigidos ao universo da população formada, nos CGD² de Vila Real e Bragança do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com aproveitamento nos cursos de formação inicial (Sistema de Aprendizagem e Qualificação) e de formação contínua, com duração superior a 100 horas.

A identificação dos formandos (nomes e moradas) foi fornecida pelos CGD da região, que foram sensibilizados para esta função, mas a resposta ao inquérito foi anónima. A observação realizou-se no 10.º mês após a conclusão da formação, sendo o período de referência das respostas a última semana do 9.º mês após a formação (OEVA, vários anos).

Nesta fase do trabalho, caracterizada pela discussão do questionário do OEVA, procurar-se-ão conhecer as características dos formandos e da formação profissional nas regiões ATM.D e proceder à identificação de factores que permitem analisar possíveis influências no mercado de trabalho. Dentro deste âmbito, ganham pertinência algumas questões:

O duplo objectivo do Programa – emprego e formação - implica que a avaliação dos efeitos se processe a dois níveis, associados à formulação do paradigma difusionista:

- Sobre a formação, pela via do aumento dos níveis de qualificações, melhoria dos desempenhos profissionais e evolução das estruturas de formação - formação *qualificante*;
- Sobre o emprego, pela via de inserção no mercado de trabalho de jovens e desempregados e da manutenção dos postos de trabalho - formação *integradora*.

4.2 Caracterização Estatística dos Formandos dos CGD de Vila Real e Bragança

Antes de empreender qualquer análise mais aprofundada sobre as variáveis, impõe-se desenvolver uma apresentação do número de formandos inquiridos nos dois CGD.

Quadro 6: Distribuição dos ex-formandos, por entidade formadora e ano de formação

ENTIDADE FORMADORA	ANO DO FIM DA FORMAÇÃO						TOTAL
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	
Vila Real	107	45	68	88	219	96	623
Bragança	0	21	64	82	233	0	400

Fonte: Cálculos efectuados pela autora

² Os CGD destinam-se a responder às necessidades de formação profissional da região onde se encontram sedeados. A especificidade da sua inserção no mercado regional de emprego e a sua relação estreita com os órgãos da tutela do IEFP, tendem em transformá-los em instrumentos locais das políticas de formação e emprego (Ferreira, 2004).

O CGD de Vila Real apresenta uma percentagem de 60,9% (623 inquiridos) para os cinco anos e o CGD de Bragança 39,1% (400 inquiridos) para os anos de 1996 a 1999, uma vez que não existem dados para os anos de 1995 e 2000, ou seja, o primeiro e o último ano de resposta à formação ocorrida no âmbito do Programa Pessoa. O centro de Vila Real detém o maior número de questionários recebidos para todos os anos, com excepção para o ano de 1999, em que o centro de Bragança apresenta um valor de 233 questionários recebidos e Vila Real de 219.

4.2.1 Caracterização dos Ex-Formandos “Antes” e “Depois” da Formação Profissional

Os efeitos da formação profissional sobre a empregabilidade dos formandos podem medir-se, a partir do inquirido, por meio de dois indicadores:

1. Situação profissional antes de frequentar a formação profissional e depois de frequentar a formação;
2. Características profissionais existentes antes e depois da formação.

São, assim, as variáveis – **não empregados** e **empregados antes** das acções de formação profissional que enquadram todo o estudo e, articulados com as questões de investigação anteriormente formuladas, orientam a organização dos campos de análise, que são os seguintes:

- Situação antes da formação profissional *manteve-se*;
- Situação depois da formação profissional *alterou-se*.

Através da observação do quadro seguinte, sabe-se que dos formandos inquiridos para os CGD de Vila Real e Bragança, apenas 24,7% e 23,5% possuíam emprego e que desses, 14,5% e 12,1% eram trabalhadores por conta de outrem, respectivamente.

Quadro 7: Situação Profissional dos ex-formandos antes da formação profissional, por entidade formadora

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	ENTIDADE FORMADORA				TOTAL	%
	CGD Vila Real	%	CGD Bragança	%		
Patrão ³	3	0,5%	1	0,3%	4	0,4%
Trab.conta própria (TCP) ⁴	16	2,6%	9	2,3%	25	2,5%
Trab.conta de outrem (TCO)	88	14,5%	47	12,1%	135	13,6%
Ajudava um familiar (s/remun.)	42	6,9%	33	8,5%	75	7,5%
Membro activo de cooperativa	1	0,2%	1	0,3%	2	0,2%
Desempregado, disponível para trabalhar imediatamente %	224	36,8%	115	29,6%	339	34,0%
Desempregado, não disponível para trabalhar imediatamente %	14	2,3%	10	2,6%	24	2,4%
Sem emprego e não procurava	7	1,2%	6	1,5%	13	1,3%
Participante num programa formação profissional %	1	0,2%	2	0,5%	3	0,3%
Cumpria serviço militar	5	0,8%	3	0,8%	8	0,8%
Estudante	109	17,9%	61	15,7%	170	17,1%
Doméstico(a)	66	10,9%	52	13,4%	118	11,8%
Outra situação	32	5,3%	48	12,4%	80	8,0%
Total	608	61,0%	388	39,0%	996	100%

Fonte: Cálculos efectuados pela autora

Se se analisar, também, todas as restantes categorias relativas à situação profissional antes da acção de formação para os dois CGD, encontra-se uma situação muito idêntica em todas elas. Para as duas entidades, a grande maioria dos formandos, encontrava-se desempregada, com valores entre os 40,3% para Vila Real e 33,7% para Bragança.

³ A situação Patrão refere-se ao trabalhador por conta própria com trabalhadores remunerados.

⁴ A situação TCP refere-se ao trabalhador por conta própria sem trabalhadores remunerados.

Perante este cenário, o estudo que se seguirá irá ter por base os valores conjuntos dos dois centros, uma vez que a distinção, não sendo significativa, poderia encobrir relações entre as diferentes variáveis do inquérito através da impossibilidade de realizar alguns testes ao nível do SPSS⁵.

4.2.1.1 Caracterização do grupo dos ex-formandos não empregados antes da formação profissional

Este grupo reúne os formandos que não possuíam emprego quando iniciaram o curso de formação profissional. Este primeiro grupo é muito heterogéneo, como se observa no Quadro 8, composto por seis categorias. A primeira diz respeito aos “desempregados que procuram emprego” e se encontram “disponíveis” ou “não” para trabalhar e os que “não procuram emprego”. A segunda grande categoria diz respeito aos “estudantes”, a terceira aos “doméstico(as)”, a quarta à categoria de “outra situação”, a seguinte aos formandos que cumpriam “serviço militar” e por último, os formandos que se encontravam a participar num “programa de formação profissional”.

É notória a categoria dos desempregados que procuram emprego e estão disponíveis para trabalhar, que ocupam cerca de 45% do total dos inquiridos não empregados. Também sai realçada a categoria dos estudantes, que estavam integrados no sistema de ensino antes de frequentarem o curso de formação, com uma percentagem de 22,5% sobre o total. Segue-se a categoria dos domésticos(as) (15,6%) e a categoria residual “outras” (10,6%), permanecendo as restantes com uma reduzida dimensão.

O Quadro 8 permite, também, observar que a amostra dos formandos não empregados é essencialmente feminina, particularmente nas três categorias de “desempregados”, com 31,1%. A população masculina está um pouco mais representada nas categorias “estudantes”, “serviço militar” e “outra situação”. As mulheres predominam, em larga escala, na categoria que se prende com actividades domésticas.

Quadro 8: Distribuição das categorias de ex-formandos não empregados antes da formação profissional, por género

SITUAÇÃO ANTES CURSO	GÉNERO				TOTAL	%
	H	%	M	%		
Desempregado, disponível para trabalhar imediatamente	126	16,7%	213	28,2%	339	44,9%
Desempregado, não disponível para trabalhar imediatamente	8	1,1%	16	2,1%	24	3,2%
Sem emprego e não procurava	7	0,9%	6	0,8%	13	1,7%
Participante num programa formação profissional	1	0,1%	2	0,3%	3	0,4%
Cumpria serviço militar	5	0,7%	3	0,4%	8	1,1%
Estudante	87	11,5%	83	11,0%	170	22,5%
Doméstico(a)	14	1,9%	104	13,8%	118	15,6%
Outra situação	50	6,6%	30	4,0%	80	10,6%
Total	298	39,5%	457	60,5%	755	100%

Fonte: Cálculos efectuados pela autora

Analisando a distribuição dos não empregados por grupo etário (Quadro 9), é visível a predominância de indivíduos com idade inferior a 44 anos. Os formandos que se situam nas faixas etárias de idade superior a 44 anos, apresentam pouca representatividade.

Relativamente à situação “desempregados”, 205 inquiridos (27,6%) situam-se na faixa 25-44 anos de idade e 106 (14,3%) no grupo dos 20-24 anos. Na categoria “estudantes” têm predomínio as idades inferiores a 24 anos (20,8%), o que evidencia o abandono do sistema educativo pelos mais jovens.

⁵ Statistical Program for Social Sciences

Quadro 9: Distribuição dos ex-formandos não empregados antes da formação profissional, segundo o grupo etário

SITUAÇÃO ANTES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	GRUPO ETÁRIO										TOTAL	%
	<20 anos		20-24 anos		25-44 anos		45-49 anos		50 e +			
Desempregados	19	2,6%	106	14,3%	205	27,6%	23	3,1%	16	2,2%	369	49,7%
Estudantes	41	5,5%	114	15,3%	14	1,9%	0	0,0%	0	0,0%	169	22,7%
Doméstico(a)	1	0,1%	17	2,3%	89	12,0%	5	0,7%	5	0,7%	117	15,7%
Outra situação	6	0,8%	24	3,2%	53	7,1%	3	0,4%	2	0,3%	88	11,8%
Total	67	9,0%	261	35,1%	361	48,6%	31	4,2%	23	3,1%	743	100%

Fonte: Cálculos efectuados pela autora

Da distribuição dos não empregados por tipo de modalidade, também é possível retirar alguma ilação (Quadro 10). Os desempregados situam-se na modalidade de inicial/qualificação (44,4%). Os estudantes situam-se na modalidade sistema de aprendizagem (11,3%), seguida da formação qualificante (10,2%). A formação inicial/qualificante assume particular importância para a categoria dos domésticos(as). A formação contínua atraiu apenas 3% de formandos não empregados, o que se traduz numa escolha de recurso.

Quadro 10: Distribuição dos ex-formandos não empregados por tipo de modalidade de formação

NÃO EMPREGADOS	TIPO DE MODALIDADE						TOTAL	%
	Formação Qualificante		Formação Contínua		Sistema de Aprendizagem			
Desempregados	335	44,4%	10	1,3%	31	4,1%	376	49,8%
Estudantes	77	10,2%	8	1,1%	85	11,3%	170	22,5%
Doméstico(a)	111	14,7%	1	0,1%	6	0,8%	118	15,6%
Outra situação	82	10,9%	4	0,5%	5	0,7%	91	12,1%
Total	605	80,1%	23	3,0%	127	16,8%	755	100%

Fonte: Cálculos efectuados pela autora

O facto dos desempregados se situarem na modalidade de inicial/qualificação resulta da falta de qualificação profissional adequada, uma vez que na formação contínua devem predominar os indivíduos que possuem experiência laboral mais prolongada ou necessitem reforçar ou renovar a sua formação profissional.

Considerando as categorias de escolaridade no grupo dos não empregados (Quadro 11), verifica-se que os “desempregados” possuem os graus de escolaridade mais baixos, uma vez que 52,5% desta categoria tem uma escolaridade inferior ao 6º ano (26,3% relativamente ao total dos não empregados). O mesmo se conclui relativamente aos indivíduos “domésticos(as)”, uma vez que 76,1% do seu total não possui escolaridade acima do 6º ano (12,1% relativamente ao total).

Quadro 11: Distribuição dos ex-formandos não empregados por categorias de grau de ensino

NÃO EMPREGADOS	GRAU DE ENSINO										TOTAL	%		
	< 4º ano		6º ano		9º ano		12º ano		Tecnológico/técnico/profissional				Ensino politécnico/superior	
Desempregados	85	11,5%	109	14,8%	89	12,1%	64	8,7%	20	2,7%	2	0,3%	369	50,1%
Estudantes	10	1,4%	9	1,2%	48	6,5%	54	7,3%	37	5,0%	4	0,5%	162	22,0%
Doméstico(a)	45	6,1%	44	6,0%	17	2,3%	6	0,8%	5	0,7%	0	0,0%	117	15,9%
Outra situação	12	1,6%	41	5,6%	20	2,7%	10	1,4%	5	0,7%	1	0,1%	89	12,1%
Total	152	20,6%	203	27,5%	174	23,6%	134	18,2%	67	9,1%	7	0,9%	737	100%

Fonte: Cálculos efectuados pela autora

Os formandos “estudantes” são os que apresentam maior escolaridade, predominando em 58,2% as categorias de ensino superiores ao 12º ano (relativamente ao total dos não empregados, estas apresentam 12,8%). Na categoria residual “outra situação” predomina o 6º ano de escolaridade, confirmando também o baixo nível de escolaridade deste tipo de não empregados.

Os objectivos na base da decisão dos diversos grupos em frequentar acções de formação profissional subdividem-se na pretensão de inserção no mercado de trabalho, na obtenção de graus de escolaridade equivalentes e na aquisição de meios e competências para a auto-suficiência através da criação do próprio emprego (Quadro 12).

Quadro 12: Distribuição dos ex-formandos não empregados antes da formação profissional segundo as razões para frequentar o curso de formação profissional

NÃO EMPREGADOS	RAZÕES PARA FREQUENTAR CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL								TOTAL
	A	B	C	D	E	F	G	H	
Desempregados	128	108	3	7	31	54	4	24	359
%	35,7%	30,1%	0,8%	1,9%	8,6%	15,0%	1,1%	6,7%	100%
Estudantes	57	23	8	6	32	21	2	12	161
%	35,4%	14,3%	5,0%	3,7%	19,9%	13,0%	1,2%	7,5%	100%
Doméstico(a)	34	22	1	7	15	20	1	13	113
%	30,1%	19,5%	0,9%	6,2%	13,3%	17,7%	0,9%	11,5%	100%
Outra situação	26	17	1	3	13	15	1	9	85
%	30,6%	20,0%	1,2%	3,5%	15,3%	17,6%	1,2%	10,6%	100%
Total	245	170	13	23	91	110	8	58	718
%	34,1%	23,7%	1,8%	3,2%	12,7%	15,3%	1,1%	8,1%	100,0%

A: Para conseguir uma profissão qualificada ou melhorar a formação que já possuía; B: Para conseguir um emprego ou melhorar o que tinha anteriormente; C: Para obter equivalência ao 9º ou 12º ano; D: Para obter um diploma; E: Por ser uma formação virada para a prática; F: Para criar o próprio emprego; G: Porque tinha familiares em profissões semelhantes; H: Outro motivo

Fonte: Cálculos efectuados pela autora

Pela análise do Quadro 12, é evidente que as razões impulsionadoras da frequência em acções de formação, para todos os grupos em análise, prendem-se com o objectivo genérico de conseguir uma “profissão qualificada ou melhorar a formação já adquirida”. A “obtenção de um emprego ou a evolução profissional”, é a segunda razão mais utilizada, reforçando a ideia de que a formação profissional é o caminho para a obtenção de mais valias.

Considerando o grupo “desempregados”, cerca de 66% responderem de acordo com as suas naturais expectativas profissionais ou seja contrariar a sua actual situação. No caso dos estudantes a obtenção de uma profissão qualificada é consentânea com o seu estatuto actual, tal como evidenciam os 35,4% dos inquiridos. O facto de 19,9 % escolherem a razão relacionada com a “prática de formação”, denota a carga teórica do ensino obrigatório e as lacunas deste nas pretensões dos estudantes.

Por último, o grupo dos “domésticos” à semelhança dos anteriores, opta por justificar a sua frequência em acções de formação evidenciando motivos de “obtenção de emprego”, enquanto que 17,7% optam pela “criação do próprio emprego”.

4.2.1.2 Situação dos ex-formandos não empregados depois da Formação Profissional

A representação dos formandos não empregados antes e depois de realizarem o curso de formação profissional, está bem explícita no quadro seguinte. As observações totais antes de realizarem formação profissional eram de 755, agora nesta situação são 731, o que significa que se consideraram 24 não respostas que foram abandonadas da amostra.

Quadro 13: Distribuição dos ex-formandos não empregados antes da formação profissional e sua situação depois da formação profissional.

SITUAÇÃO ANTES DA F.P	SITUAÇÃO APÓS A FORMAÇÃO PROFISSIONAL										TOTAL
	Empregado	%	Desempregado	%	Estudante	%	Doméstico(a)	%	Outra situação	%	
Desempregado	164	45,2%	160	44,1%	4	1,1%	9	2,5%	26	7,2%	363
Estudante	87	52,7%	30	18,2%	21	12,7%	1	0,6%	26	15,8%	165
Doméstico(a)	37	32,2%	34	29,6%	0	0,0%	36	31,3%	8	7,0%	115
Outros	31	35,2%	22	25,0%	0	0,0%	2	2,3%	33	37,5%	88
Total	319	43,6%	246	33,7%	25	3,4%	48	6,6%	93	12,7%	731

Fonte: Cálculos efectuados pela autora

A primeira conclusão que se pode retirar é a de que 43,6% dos ex-formandos que não tinham emprego passaram a estar empregados depois de frequentarem o curso de formação profissional. Desta forma, verifica-se que são os “estudantes” que possuem a mais elevada taxa de integração no mercado de trabalho, embora seja esta a categoria que, possivelmente, iria prosseguir os seus estudos.

No grupo dos “desempregados” antes da formação profissional, cerca de metade consegue arranjar um emprego (45,2%), mas a outra parte (44,1%) permanece desempregado. Alguns ex-formandos desempregados transitam para outras classes, como por exemplo, para “outra situação” (7,2%) e domésticos(as) (2,5%).

Para o grupo dos “domésticos(as)”, é menos clara a finalidade da obtenção da formação profissional, uma vez que, embora 32,2% consigam emprego, quase a mesma percentagem de domésticos antes da formação profissional (31,3%) permanece na mesma categoria após a formação profissional.

Quando se analisam os 319 formandos que se encontram na **situação actual com emprego**, obtêm-se várias ilações quando se verificam as suas características. A categoria em que se vão enquadrar quando arranjam emprego, é a dos TCO, onde se vão inserir 235 formandos (75,8%). São as mulheres que possuem uma maior taxa de empregabilidade, uma vez que a sua taxa de inserção (57,1%) excede a dos homens (45,8%). Da totalidade dos inquiridos empregados, 21,6% estabelecem-se por conta própria e destes, cerca de metade torna-se um empresário em nome individual (12,3%).

Relativamente ao nível de ensino, curiosamente são os inquiridos que possuem os graus mais baixos de escolaridade (inferiores ao 4º, 6º e 9º anos de escolaridade) que arranjam o emprego que necessitavam. Tal acontecimento, significa que a formação profissional para os empregadores, poderá ser um sinónimo de uma qualificação acrescida, que se sobreporá a uma baixa escolaridade. Relativamente a todas as categorias de escolaridade analisadas, 22,7% dos formandos que tinham apenas a 4ª classe obtiveram emprego, bem como 26% dos formandos que possuíam o 6º ano. Os formandos com o 9º ano de escolaridade também obtiveram uma boa inserção no mercado de trabalho, evidenciando uma percentagem de 38,5%, sendo significativamente mais elevada para as mulheres. De salientar que a maioria destes formandos pertencia à categoria dos “estudantes”, o que significa o abandono relativamente cedo do sistema de ensino. Curiosa é a percentagem de inserção das mulheres domésticas – 44,4%, que embora tendo uma baixa escolaridade (6º ano) obtiveram emprego, deixando de realizar a actividade que, culturalmente, lhes é atribuída.

A distribuição cruzada destas duas variáveis (formandos não empregados e formandos empregados) indica-nos que das medidas de formação do Programa Pessoa que estão vocacionadas para a integração no mercado de trabalho, na formação qualificante 75% dos formandos evoluíram de uma situação de não emprego para o emprego.

Quadro 14: Situação profissional dos ex-formandos não empregados antes e empregados depois da formação profissional, segundo o tipo e modalidade da acção.

SITUAÇÃO ANTES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	EMPREGADO, POR TIPO E MODALIDADE DA ACÇÃO					
	Qualificação			Sist. Aprendiz.	Contínua	
	Formação Base	Especialização	Qualificação	Aprendizagem	Aperfeiçoamento	Adaptação
Desempregado		17	123	19	3	2
Estudante	1	3	35	46	2	
Doméstico(a)		8	25	3		1
Outros		4	23	2	2	
Total	1 (0,4%)	32 (13,4%)	206 (86,2%)	70 (100%)	7 (70%)	3 (30%)

Fonte: Cálculos efectuados pela autora

A grande maioria dos não empregados “estudantes” escolheu um curso de formação no âmbito da aprendizagem, escolha seguida de imediato pela qualificação. O tipo de modalidade “contínua” apresenta um impacto muito reduzido na empregabilidade dos ex-formandos.

As conclusões relativas aos efeitos sobre o emprego das acções do Programa, depende ainda de outras variáveis do questionário, como por exemplo: a duração da procura de emprego e o número de empregos obtidos após a realização da formação, informando esta última sobre o grau de precariedade da inserção no mercado de trabalho.

Assim, 52,5% de ex-formandos que procurou emprego após a formação, demorou menos de um mês para o encontrar.

Quadro 15: Distribuição dos ex-formandos não empregados antes e empregados depois da formação profissional, relativamente ao tempo de demora na procura de emprego

ANTES DA FORMAÇÃO	TEMPO DEMORA NA PROCURA DE EMPREGO			
	menos 1 mês	1 a 3 meses	4 a 6 meses	mais 6 meses
Desempregado	59	22	12	20
Estudante	37	9	9	8
Doméstico(a)	13	6	3	3
Outros	5	6	1	4
Total	114	43	25	35

Fonte: Cálculos efectuados pela autora

Observando a variação de procura de emprego por tipo de modalidade, verificamos que são os inquiridos da formação “qualificação” que registam menores tempos de procura de emprego.

Estes dados permitem concluir que: Regista-se um efeito muito positivo da formação sobre o emprego dos ex-formandos e uma quase inserção imediata no mercado de emprego; A inserção é menor nos ex-formandos que frequentaram medidas de formação “qualificante/inicial”.

5 REFLEXÕES

Em **síntese**, podem-se retirar pequenas conclusões da análise dos ex-formandos não empregados antes de iniciarem o curso de formação profissional. Para este grupo, é visível a distinção entre os homens e mulheres no que toca no nível de desemprego, muito mais elevado na população feminina e com predominância de baixas qualificações escolares. Neste último aspecto, a formação profissional servirá para a obtenção de uma qualificação ou da melhora da que já possuíam.

A inserção profissional dos ex-formandos também depende do tipo de modalidade de formação escolhida. Como se observou nos pontos anteriores, a grande maioria dos não empregados “desempregados” escolheu o tipo de modalidade qualificante e os “estudantes” escolheu um curso de formação no âmbito do “sistema de aprendizagem” (e em menor escala, a “qualificação”). O

tipo de modalidade “contínua” apresentou um impacto muito reduzido na escolha destes ex-formandos.

Das medidas de formação do Programa Pessoa que estão vocacionadas para a integração no mercado de trabalho, aquela cujos impactos são mais positivos é a formação “qualificante”. Uma outra conclusão é retirada da modalidade “sistema de aprendizagem”, que associada aos empregados e estudantes, reflecte o impacto que esta teve na empregabilidade, bem como na escolha para o seguimento dos estudos.

Uma outra questão importante relacionada com a empregabilidade dos ex-formandos é o conhecimento das possibilidades institucionais de apoio ao emprego que estão contempladas no Programa Pessoa (estágios, programas de emprego e subsídios), cujo conhecimento, em especial para os não empregados, permitiria arranjar um emprego depois da formação profissional. Verificou-se que a complementaridade entre as medidas de apoio ao emprego do Programa e os ex-formandos não empregados é muito difusa.

No entanto, não se exclui que relativamente aos ex-formandos que permaneceram não empregados após a formação profissional, a principal razão identificada para explicar esta dificuldade é a “falta de emprego na região”.

BIBLIOGRAFIA

- AROCENA, J. (1986), Le Développement par l’initiative local. Le cas français, Harmattan, Paris.
- CHAGAS, F.; SIMÕES, I. (2001), “Financiamento da Formação”, in Moura, R. (coord.). Evolução das Políticas de formação das empresas, OEFP, Lisboa, pp. 179-247.
- DAFSE (Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu) (1999), FSE em Portugal - Pessoas e Números 1994-1999, DAFSE.
- DGDR (Direcção Geral de Desenvolvimento Regional) (2002), QCA II Relatório Final 1994-1999. Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (Vertente FSE), DGDR.
- EUROPEAN COMMISSION (2000), O Fundo Social Europeu – O Emprego e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos na União Europeia 1994-1999, Brussels.
- FERREIRA, M. P. (2004), A Formação Profissional e o Desenvolvimento Regional. O Modelo de Gestão do Programa Pessoa – estudo do caso dos Centros de Gestão Directa de Vila Real e Bragança, Dissertação de Mestrado em Gestão, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 179 pp.
- GIZARD, B.; BERNARD, M. (1986), Développement regional et la formation professionnelle- analyse et animation de la relation développement- formation professionnelle, acquis et perspectives, CEDEFOP, Berlin.
- GOMES, J. (1998), “Programa Operacional, Formação Profissional e Emprego – Iniciação Profissional, Qualificação Inicial e outras medidas”, in Revista Formar, n.º 28, Julho/Setembro, IEFP, Lisboa, pp. 4-15.
- IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos) (1997a), Estudo de Avaliação Intercalar. Programa Operacional de Emprego e Formação Profissional do QCA II 1994-1999 (Programa PESSOA). Sumário Executivo, CC/FSE, Lisboa.
- IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos) (1997b), Estudo de Avaliação Intercalar. Programa Operacional de Emprego e Formação Profissional do QCA II 1994-1999 (Programa PESSOA). Relatório Final, CC/FSE, Lisboa.
- IGFSE (Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu) (2003), Programa Formação Profissional e Emprego. Relatório Síntese, IGFSE, Lisboa.
- MARTINS, E. L. (1995), Ensino, Formação Profissional e Desenvolvimento Regional, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Local, Universidade de Lisboa, Lisboa, 309 pp.
- MPAT (Ministério do Planeamento e Território) (1994), Plano de Desenvolvimento Regional. Programa Operacional Formação Profissional e Emprego 1994-1999, DGDR, Lisboa.
- OEVA (Observatório de Entradas na Vida Activa) (vários anos), Relatório sobre a inserção profissional dos ex-formandos, IEFP, Lisboa.
- PEDROSO, P. (1998), Formação e Desenvolvimento Rural, Celta Editora, Oeiras.
- QUATERNAIRE (1996), Labour Market Studies - Portugal, Comissão Europeia.